

Exame Final Nacional de Filosofia

Prova 714 | 1.ª Fase | Ensino Secundário | 2026

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho | Decreto-Lei n.º 62/2023, de 25 de julho

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

8 Páginas

VERSÃO 1

A prova inclui 12 itens, devidamente identificados no enunciado (*), cujas respostas contribuem obrigatoriamente para a classificação final. Dos restantes 6 itens da prova, apenas contribuem para a classificação final os 4 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.

As respostas aos itens da prova são registadas no caderno de respostas.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Assinale, na folha de respostas, a opção selecionada.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

1. Ao contrário do que por vezes se pensa, o desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA) não depende apenas de engenheiros informáticos e de matemáticos. O seu desenvolvimento requer, cada vez mais, equipas multidisciplinares alargadas. Não basta ter especialistas que saibam programar e conceber sistemas ou desenvolver modelos estatísticos e algoritmos de aprendizagem automática. Para se enfrentar a diversidade de problemas postos pela IA, são também precisos sociólogos, economistas, juristas e filósofos.

Qual dos problemas seguintes requer diretamente o contributo dos filósofos?

- (A) Que impactos terá o uso intensivo da IA nas condições de vida das pessoas?
- (B) Até onde pode ir o uso responsável da IA?
- (C) A IA viola os direitos legais das pessoas?
- (D) Quais serão os efeitos da IA na produtividade e na gestão de recursos?

* 2. A proposição expressa pela frase «Aprender é bom se, e apenas se, contribuir para o florescimento humano.» é uma

- (A) condicional.
- (B) bicondicional.
- (C) conjunção.
- (D) disjunção.

3. Considere o argumento seguinte.

Perry é um ornitorrinco; ora, se é um ornitorrinco, então tem bico, mas não é uma ave; por isso, Perry não é uma ave.

De que modo poderia este argumento ser representado na linguagem da lógica proposicional?

- (A) $P, P \rightarrow (Q \wedge \neg R) \therefore \neg R$
- (B) $P, P \rightarrow (Q \vee \neg R) \therefore \neg R$
- (C) $P \rightarrow (Q \wedge \neg R) \therefore \neg R$
- (D) $P \rightarrow (Q \vee \neg R) \therefore \neg R$

4. Considere o argumento seguinte.

O céu está muito nublado, e o vento começou a soprar com muita intensidade, e, normalmente, nestas circunstâncias, acaba por chover. Portanto, hoje vai chover.

Admitindo que a premissa é verdadeira, a conclusão do argumento

- (A) não é provável, mas é uma consequência lógica da premissa.
- (B) é provável e é também uma consequência lógica da premissa.
- (C) não é provável nem é uma consequência lógica da premissa.
- (D) é provável, mas não é uma consequência lógica da premissa.

5. Considere o diálogo seguinte.

Emília – De todas as vezes que a polícia me mandou parar na estrada, fui tratada com gentileza. Portanto, as forças policiais que atuam na estrada abordam sempre as pessoas com gentileza.

Beatriz – Como quase sempre uso transportes públicos, não me posso basear na minha experiência. Contudo, sei que as forças policiais devem abordar os cidadãos com gentileza, pois ouvi o diretor da Escola Prática de Polícia numa entrevista, e ele disse que é assim que as forças policiais devem abordar os cidadãos.

José – Deixem-me ver. Admitamos que, como a Beatriz referiu, as forças policiais devem abordar os cidadãos com gentileza; e admitamos também que, como a Emília referiu, as forças policiais que atuam na estrada abordam todas as pessoas com gentileza. Sendo assim, é correto afirmar que as forças policiais que atuam na estrada cumprem efetivamente o seu dever de abordar os cidadãos com gentileza.

Os três intervenientes no diálogo recorreram a diferentes tipos de argumentos.

A Emília, a Beatriz e o José usaram, respetivamente,

- (A) uma generalização, um argumento de autoridade e uma dedução.
- (B) uma generalização, uma previsão e um argumento por analogia.
- (C) um argumento de autoridade, uma dedução e uma generalização.
- (D) um argumento de autoridade, uma previsão e um argumento por analogia.

* 6. Identifique a tese defendida tanto pelos deterministas radicais como pelos libertistas.

- (A) Se há ações livres, então nada está determinado.
- (B) Há ações livres, e nem tudo está determinado.
- (C) Não há ações livres, e tudo está determinado.
- (D) Se há ações livres, então nem tudo está determinado.

7. Considere o texto seguinte.

É certamente verdadeiro que, ao escolher, não temos consciência dos múltiplos processos que sustentam os nossos estados mentais. Não temos o dom de ter consciência do que se passa nos nossos cérebros, por exemplo, ou em muitos dos nossos músculos. Quando nos rimos de algo, por exemplo, estamos a dar atenção ao que nos está a fazer rir. Não temos qualquer consciência dos muitos processos musculares e neurológicos que são precisos para nos permitir rir. Mas isso significa apenas que não temos consciência desses processos. Não significa que temos consciência da sua inexistência. Se esses processos não existissem, não seríamos capazes de rir, nem seríamos também capazes de decidir rir. Isto significa que a «consciência da liberdade» é coisa que não existe. Tudo aquilo de que temos consciência é do mundo no qual decidimos agir e depois, se tudo correr bem, do nosso agir.

S. Blackburn, *As Grandes Questões da Filosofia*, Lisboa, Gradiva, 2018, p. 40.

No texto, defende-se, explicitamente, que

- (A) temos livre-arbítrio.
- (B) não temos livre-arbítrio.
- (C) não temos consciência do livre-arbítrio.
- (D) temos consciência do livre-arbítrio.

* 8. Kant considera que uma ação é moralmente boa desde que essa ação

- (A) seja determinada pelo dever.
- (B) tenha consequências benéficas.
- (C) seja conforme ao dever.
- (D) tenha motivações altruístas.

* 9. De acordo com o princípio da igual liberdade, defendido por Rawls, é um dever do Estado

- (A) promover, indistintamente, todas as religiões.
- (B) promover, excecionalmente, apenas as religiões minoritárias.
- (C) respeitar, mas não promover, todas as religiões.
- (D) respeitar, mas não promover, apenas a religião maioritária.

10. Considere o texto seguinte de Rawls.

À primeira vista, pode parecer que o princípio da diferença requer um mínimo muito elevado. Podemos naturalmente pensar que as maiores posses dos que se encontram melhor devem ser reduzidas até que todos tenham praticamente o mesmo rendimento. Mas esta é uma conceção errada, embora possa aplicar-se em circunstâncias especiais. [...] Suponhamos, para simplificar, que o mínimo é ajustado em função de transferências financiadas por impostos proporcionais ao consumo (ou ao rendimento). Neste caso, aumentar o mínimo implica aumentar a proporção em que o consumo (ou o rendimento) é tributado. Presumivelmente, à medida que essa proporção aumenta, atinge-se um ponto em que [...] os impostos mais altos interferem de tal modo com a eficiência económica que as perspectivas dos menos favorecidos [...] deixam de melhorar e começam a declinar.

J. Rawls, *Uma Teoria da Justiça*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 228. (Texto adaptado)

Pode concluir-se do texto que a aplicação do princípio da diferença, em circunstâncias normais,

- (A) conduz à igualdade de rendimento entre afortunados e desfavorecidos.
- (B) estabelece um mínimo muito elevado de bem-estar social.
- (C) exige que a riqueza dos mais afortunados seja fortemente diminuída.
- (D) requer que a eficiência económica não fique comprometida.

* 11. Os cétricos radicais, ou pirrónicos, defendem que as nossas crenças, ainda que possam ser verdadeiras, nunca são conhecimento.

Descreva o que, de acordo com os cétricos radicais, há de insatisfatório nas nossas crenças, de tal modo que estas não são conhecimento.

* 12. Considere o texto seguinte.

Todos os objetos da [...] investigação humana podem naturalmente dividir-se em duas classes, a saber, *Relações de Ideias e Questões de Facto*. [...]

Qual é a natureza da prova que nos assegura acerca de qualquer existência real e questão de facto [?]

[...] A nossa razão nunca consegue, sem ser assistida pela experiência, fazer uma inferência acerca da existência real e da questão de facto.

D. Hume, *Investigação sobre o Entendimento Humano*, Lisboa, Edições 70, 1985, pp. 31-33. (Texto adaptado)

Concorda com a posição de Hume segundo a qual «a nossa razão nunca consegue, sem ser assistida pela experiência, fazer uma inferência acerca da existência real e da questão de facto»?

Na sua resposta, deve:

- apresentar inequivocamente a sua posição;
- argumentar a favor da sua posição.

Leia o texto seguinte e considere-o na resposta aos **itens 13 e 14**.

Se houvesse apenas um conjunto de problemas científicos, um só mundo no interior do qual nos pudéssemos ocupar deles e apenas um conjunto de regras que permitissem resolvê-los, a competição entre paradigmas poderia ser decidida de modo mais ou menos rotineiro por algum processo, como o de contar o número de problemas resolvidos por cada um deles. Mas, de facto, estas condições nunca estão completamente reunidas. Os proponentes de paradigmas rivais estão sempre, pelo menos ligeiramente, em desacordo. Nenhuma das partes admitirá todos os pressupostos não empíricos de que a outra tem de partir para defender a sua posição. [...] Embora cada uma delas possa ter esperança de converter a outra ao seu modo de ver a disciplina científica em causa e os seus problemas, nenhuma delas poderá esperar ter provas a seu favor. A competição entre paradigmas não é o tipo de batalha que possa ser decidida através de provas.

T. Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Lisboa, Guerra e Paz, 2009, p. 202. (Texto adaptado)

* **13.** Mostre, com base no texto, como defende Kuhn a ideia de que «a competição entre paradigmas não é o tipo de batalha que possa ser decidida através de provas».

* **14.** Discordando de Kuhn, Popper afirma que há justificações objetivas que determinam a escolha de uma das teorias em competição.

Que perspetiva acerca da escolha de teorias considera mais plausível?

Na sua resposta, deve:

- apresentar inequivocamente a sua posição;
- argumentar a favor da sua posição.

* **15.** Caracterize, de acordo com a perspetiva formalista, a relação entre arte e emoção estética.

* 16. Considere o texto seguinte.

O facto de terem emergido novas formas de arte, tais como o cinema e a fotografia, e de as galerias de arte terem exibido coisas como um monte de tijolos ou uma pilha de caixas de cartão, forçou-nos a refletir acerca dos limites do nosso conceito de arte. É óbvio que a arte tem tido significados diferentes em culturas diferentes e em épocas diferentes: tem servido fins rituais e religiosos, tem servido como diversão e tem dado corpo às crenças, medos e desejos mais importantes da cultura na qual é produzida. Dantes, o que contava como arte parecia estar mais claramente definido. No entanto, nos finais do século XX, parece que chegámos a uma situação em que tudo e mais alguma coisa pode ser arte. Se isto é assim, o que fará com que um certo objeto [...], e não outro, seja digno de se chamar arte?

N. Warburton, *Elementos Básicos de Filosofia*, Lisboa, Gradiva, 2007, pp. 235-236. (Texto adaptado)

Argumente a favor da ideia, referida no texto, de que tudo pode ser arte.

Na sua resposta, comece por distinguir as teorias essencialistas da arte das teorias não essencialistas.

* 17. Mostre que o argumento ontológico a favor da existência de Deus é um argumento *a priori*.

Na sua resposta, comece por apresentar o argumento ontológico.

* 18. Considere a informação seguinte, da responsabilidade do Parlamento Europeu.

A União Europeia defende o bem-estar dos animais há mais de 40 anos. [...]

De acordo com um inquérito [oficial], 84% dos cidadãos [europeus] disseram que o bem-estar dos animais de criação deveria ser mais bem protegido do que é agora. [...]

As regras da UE sobre o bem-estar animal refletem as «cinco liberdades»: livre de fome e sede, livre de desconforto, livre de dor, ferimentos e doença, livre para exprimir o seu comportamento normal e livre de medo e angústia.

Parlamento Europeu, *Temas – Bem-estar e proteção dos animais: a legislação da UE*, in <https://www.europarl.europa.eu> (consultado em 20/09/2025).

É razoável inferir que a maioria dos europeus aprova os juízos morais em que se baseiam as regras da União Europeia sobre o bem-estar animal.

Será que a aprovação pela maioria dos europeus torna corretos tais juízos?

Na sua resposta, deve:

- formular o problema da natureza dos juízos morais;
- apresentar inequivocamente a sua posição;
- argumentar a favor da sua posição, recorrendo a, pelo menos, um exemplo.

FIM

COTAÇÕES

As pontuações obtidas nas respostas a estes 12 itens da prova contribuem obrigatoriamente para a classificação final.	2.	6.	8.	9.	11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	Subtotal
Cotação (em pontos)	11	11	11	11	14	14	14	14	14	14	14	14	156
Destes 6 itens, contribuem para a classificação final da prova os 4 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.	1.	3.		4.		5.		7.		10.		Subtotal	
Cotação (em pontos)	4 x 11 pontos											44	
TOTAL												200	